



Destaque Rural Nº 169

6 de Maio de 2022

INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO: "EXTRACTIVISANDO" A ECONOMIA MOÇAMBICANA

Yara Nova e João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é parte dos resultados da pesquisa sobre transformação estrutural da economia e da agricultura em curso no Observatório do Meio Rural, durante o ano de 2022. Para além do texto final, serão produzidos pequenos trabalhos sobre aspectos específicos do tema.

O presente estudo abrange o período 2002 a 2020, o que permite analisar as tendências das principais variáveis relacionadas com o tema. Neste texto parcial, é analisada a evolução das principais variáveis do investimento externo (apenas privado) em forma de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) realizado em Moçambique. Para a análise dos dados foi seleccionada a seguinte informação (1) IDE total realizado, dividido em grandes projectos e em outras empresas; (2) formas de financiamento do IDE; (3) distribuição do IDE por sector; e, (4) os 10 principais países investidores. Para este Destaque Rural, foram utilizadas fontes secundárias do Banco de Moçambique.

Pela forma como são disponibilizados os dados pelo Banco de Moçambique, não foi possível incluir os dados do Investimento Directo Nacional (IDN). Os dados deste Destaque Rural referem-se ao Investimento Directo Estrangeiro.

2. BREVE CONTEXTO

O investimento (público e privado) constitui um dos factores fundamentais para o processo de transformação estrutural da economia.

A diversidade e volume dos investimentos tendem a ressaltar o conjunto de benefícios para a economia receptora, principalmente, no âmbito de crescimento económico dados

¹ Yara Nova, Licenciada em Economia, Mestre em Economia e Políticas Públicas e assistente de investigação no OMR. João Mosca, Doutor em Economia e Sociologia Rural, pesquisador do OMR.

os ganhos resultantes da transferência de tecnologia, melhoria das competências do capital humano, aumento do investimento doméstico, acesso aos mercados de exportação e eficiência das instituições. Contudo, estes benefícios dependem do tipo de IDE e o sector beneficiário, dos níveis iniciais de capital institucional e humano e das políticas comerciais existentes, capacidade de ligação do sector investido com os restantes da economia (Wako, 2021 e Kaur *et al.*, 2018).

Em muitos países africanos, particularmente, em Moçambique, após a mudança de uma economia planificada para uma de mercado, a economia caracterizou-se por assentar na atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) sob a forma de grandes projectos (GP) para o desenvolvimento de alguns sectores económicos. Para facilitar este processo, o governo tem vindo a conceder vários benefícios e incentivos, nomeadamente, isenções de impostos e de direitos alfandegários, repatriação gratuita de lucros e possibilidade de contractar trabalhadores expatriados acima do limite estabelecido na Lei do Trabalho (APIEX, 2017).

No entanto, estes grandes projectos de IDE tendem a caracterizar-se, muitas vezes, por fazerem surgir focos de tensões e conflitos com as populações afectadas, e terem uma limitada ligação com os outros sectores de actividade, reforçarem e reproduzem uma estrutura da economia com forte dependência externa, em que o comércio é orientado para o exterior (Sambo, 2020; Mosca & Selemane, 2012; Castel-Branco, 2010).

Embora uma das principais razões da corrida para atrair IDE seja o desejo de industrializar, alguns autores (De Vries *et al.*, 2015; Wako, 2012¹) sugerem que o oposto está acontecendo na África Subsaariana. Segundo estes autores, África tem sofrido uma redução da produção em valor acrescentado total e em emprego desde a década de 1990. Rodrik (2015), acrescenta que, a África Subsaariana é uma das regiões mundiais duramente atingidas pela desindustrialização, razão pela qual, continua a ser muito pobre e amplamente considerada como a próxima fronteira da produção orientada para as exportações.

Wako (2021) refere ainda que o IDE pode contribuir para a industrialização ou para a desindustrialização, dependendo do tipo e do sector de destino. Para que se verifiquem efeitos positivos do IDE no crescimento e esses efeitos sejam mais abrangentes e sustentáveis (a nível económico e ambiental), é imperativo que o IDE seja direccionado para áreas com potencial de aumento da produtividade e com efeitos multiplicadores fortes (como é, por exemplo, o sector manufactureiro²), ou que, pelo menos, não deve

² O princípio de desenvolvimento socioeconómico sustentável, equilibrado e inclusivo através da intensificação de investimento na economia só tem fundamento se este incidir em sectores que permitam transferência de tecnologia, geração de valor acrescentado, incremento das vantagens comparativas, diversificação da base produtiva e geração de ligações a montante e a jusante. E este cenário não é o que caracteriza a economia moçambicana (Sambo, 2021).

fluir massivamente para sectores sem ou reduzidas ligações entre os sectores de actividade da economia.

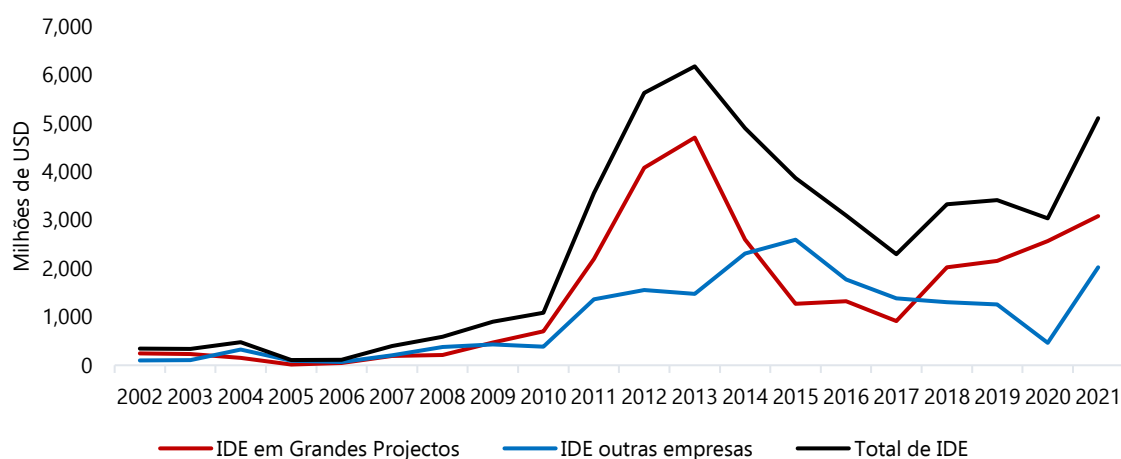
Nos anos 70, Root e Ahmed (1979) realizaram um estudo empírico, com o objectivo de verificar os determinantes dos fluxos de investimento directo em sectores não extractivos em 70 países em desenvolvimento durante o período 1966-70. A sua análise centra-se em testar a importância das variáveis económicas, sociais e políticas na explicação dos determinantes do IDE. Os autores concluem que os países em desenvolvimento que atraíram IDE para os sectores não-extractivos, foram os que tinham uma urbanização substancial, uma infra-estrutura relativamente avançada, taxas de crescimento do PIB *per capita* comparativamente elevadas e estabilidade política.

No caso de Moçambique, o IDE concentra-se, maioritariamente, na indústria extractiva orientada para a exportação de bens primários, com reduzida transformação e baixa retenção do valor agregado na economia nacional e relativamente pouca criação de emprego. É neste sentido que se tem alertado que, mesmo que se opte por uma economia orientada para o sector da indústria extractiva, é necessário que se implementem programas para canalizar as receitas advindas deste sector para investimentos em capital físico e humano que apoiem um crescimento e desenvolvimento económico mais amplos (Loots& Kabundi, 2012).

3. ANÁLISE DE DADOS

Gráfico 1.

Evolução do Investimento Directo Estrangeiro realizado (total, com e sem GP)



Fonte: BdeM.

Conforme se pode observar no gráfico 1, o volume de IDE realizado apresenta tendências crescentes e com variações significativas, principalmente, a partir de 2010.

Verifica-se que a contribuição do investimento em grandes projectos tem um peso significativo no total do IDE, com destaque para o período entre 2011 e 2013, com investimentos realizados em cerca de 6.175,12 milhões de dólares.

Os investimentos realizados neste período foram essencialmente nos seguintes sectores:

- (1) Em 2011, entrada de IDE para os três sectores indústria extractiva (1.757 milhões USD), indústria transformadora (117 milhões USD) e serviços de transporte, armazenagem e comunicações (88 milhões USD)³;
- (2) Em 2012, verifica-se um aumento do IDE, em quase o dobro em relação ao ano anterior, onde cerca de 2.167,6 milhões de USD foram concentrados em grandes projectos ligados à extracção mineira, dos quais, 1.243,04 milhões de USD foram destinados ao financiamento da importação de maquinaria e o remanescente (924,8 milhões USD), para o pagamento de prestação de serviços de construção e serviços empresariais. No mesmo ano, houve também investimentos em cerca de 1.747 milhões de USD na exploração do gás natural, dos quais, 9% foram destinados ao financiamento de importação de equipamentos e 91% para pagamento de prestação de serviços de pesquisa e estudos geofísicos⁴.
- (3) No ano de 2013, quando se atingiu o pico do volume de IDE, os investimentos realizados centraram-se na implantação das unidades fabris, expansão da capacidade produtiva e de escoamento e prestação de serviços dos projectos já instalados⁵.

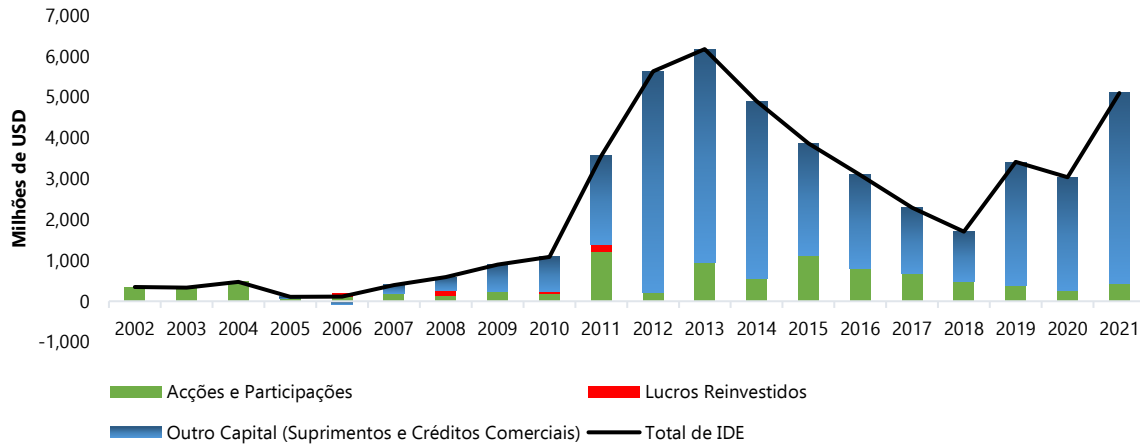
Nos anos posteriores (entre 2014 e 2017), verifica-se uma desaceleração do IDE justificada por um conjunto de factores, sintetizados em: (1) estrangulamentos logísticos na componente de transporte do carvão das minas para os portos; (2) ciclo de vida de alguns projectos (aproximação da fase de produção); (3) queda dos preços internacionais (Banco de Moçambique, 2017). Nos últimos anos, verifica-se, novamente, um crescimento de IDE influenciado pelos GP, principalmente na indústria extractiva (petróleo e gás), particularmente, nos projectos de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.

³ Relatório da Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique (2011).

⁴ Relatório da Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique (2012).

⁵ Relatório da Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique (2013).

Gráfico 2.
Formas de financiamento do IDE realizado (proveniência do capital)



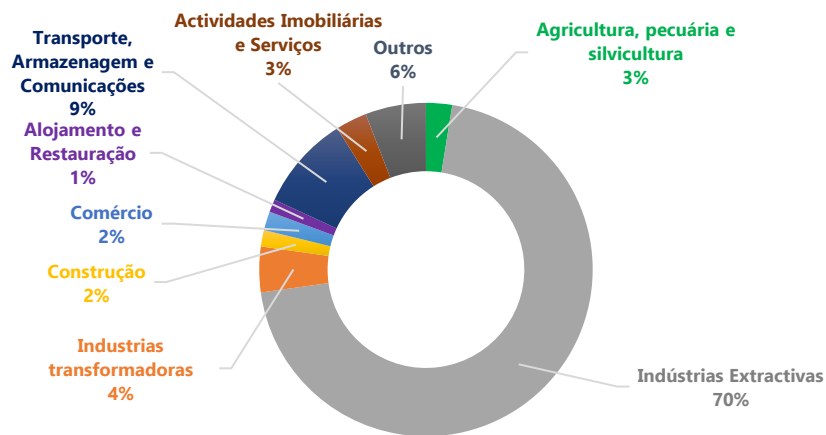
Nota: Segundo as notas explicativas do Banco de Moçambique, o Investimento em Acções e Participações inclui acções, unidades de participação em fundos de investimento, e outros títulos de participação no capital (como os *Depositary receipts*).

Fonte: BdeM.

Do gráfico 2, constata-se que o IDE em Moçambique é predominantemente financiado por suprimentos e créditos comerciais, e acções e participações, representando 80% e 12%, respectivamente, do total do financiamento de IDE no período em estudo. O reinvestimento com base nos lucros raramente foi utilizado como forma de financiamento do IDE, à excepção dos anos 2006, 2007, 2008 e 2011. No entanto, segundo o relatório de Balança de Pagamentos (2014), esses investimentos (com base nos lucros reinvestidos) não chegaram a 1% dos lucros dessas companhias.

Do gráfico acima, pode-se sugerir que existe alguma coincidência entre os volumes do IDE e os ciclos políticos. Observa-se um aumento rápido no fim do "consulado" de Chissano e no primeiro mandato de Guebuza, com investimentos em recursos naturais e infra-estruturas, e em alguns sectores, como o da agricultura. Neste período, o crescimento da economia era de cerca de 7% de média anual. Seguem-se os conflitos político-militares na zona Centro e Norte, as dívidas ocultas e a retracção do investimento, a incapacidade de o Estado satisfazer os compromissos da dívida e a retirada parcial ou total do apoio do FMI e do Banco Mundial, de alguns países cooperantes e de organizações internacionais, não obstante ter havido diversas formas "camufladas" de influxos financeiros. Os investimentos depois de 2018 são, por enquanto, sobretudo nos recursos naturais e assiste-se ao "retorno" da cooperação e do suporte financeiro de instituições internacionais, sobretudo do FMI e Banco Mundial.

Gráfico 3.
Distribuição de IDE realizado por sector (2002-2021)



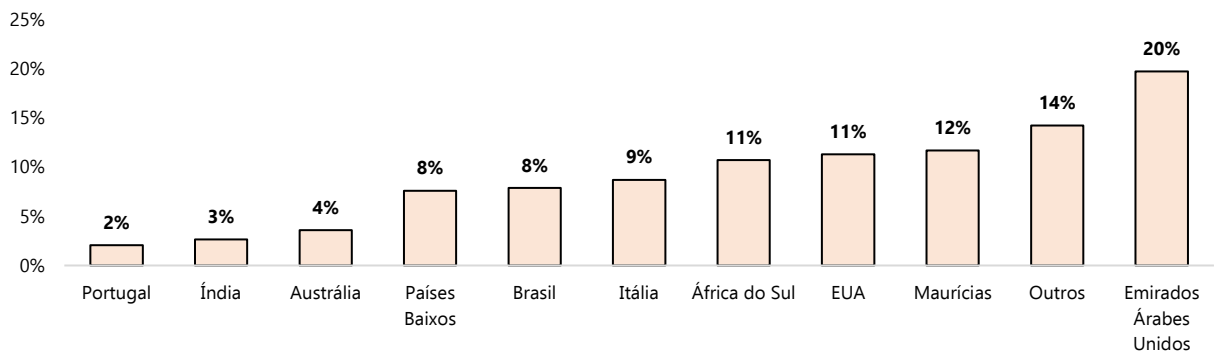
Nota: Os "outros" sectores referem-se à pesca, produção e distribuição de electricidade, gás e água, actividades financeiras, administração pública, educação, saúde, entre outros.

Fonte: BdeM.

Relativamente à distribuição de IDE por sector de actividade, observa-se que o sector de indústria extractiva tem sido o principal destino, representando 70% do total de IDE. Os investimentos na agricultura concentraram-se na silvicultura, tabaco e açúcar. Estes factos, confirmam o padrão do investimento em que a economia moçambicana se tem configurado.

O crescimento dos outros sectores, como transportes, armazenagem e comunicações (caminhos-de-ferro e portos), comércio, construção, actividades imobiliárias, entre outras, serviram, maioritariamente de actividades complementares à indústria extractiva.

Gráfico 4.
Os 10 principais países de origem do IDE realizado (2004-2021)



Nota: Outros países representam um conjunto de um total de 84 países, com investimentos entre 300 mil USD e 650 milhões USD durante 2004-2021.

Fonte: BdeM.

Dos países investidores, os Emiratos Árabes Unidos foi o país de origem com maior fluxo de IDE para Moçambique, com um peso na ordem de 20%, concentrados nos sectores de energia e hidrocarbonetos no período em análise. O IDE proveniente da África do Sul⁶ possui uma maior diversificação de sectores. A indústria transformadora (MOZAL e bebidas) e extractiva (gás em Inhambane) foram os principais destinos do IDE sul-africano.

No quadro abaixo, é apresentado o resumo das actividades realizadas pelos 10 países de origem de maior investimento em Moçambique.

Quadro 1.
Resumo das principais actividades dos 10 países de origem de maior investimento em Moçambique 2004-2021

País origem do investimento	Principais sectores de destino do investimento	Empresas	Montante investido (2004-2020) milhões de USD
Emirados Árabes	Sector de energia, logística e sector imobiliário, projectos de Gás Natural Liquefeito (GNL)	DP World no Porto de Maputo	9.155,2
Ilhas Maurícias	Indústria transformadora (açucareira)	Açucareiras do Vale do Zambeze	5.424,8
EUA	Indústria extractiva (hidrocarbonetos)	Anadarko	5.241,7
África do Sul	Indústria extractiva (gás), indústria transformadora (alumínio), pequenas e médias empresas ligadas ao turismo e agro-indústria e agro-alimentares, transportes e comunicações, sector financeiro	Sasol, Mozal, Corredor de Maputo, Shoprite, Standard Bank	4.969,0
Itália	Indústria extractiva (hidrocarbonetos)	ENI	4.042,3
Brasil	Indústria extractiva (mineração-carvão), transportes (linha ferroviária)	Vale Moçambique	3.661,7
Países Baixos	Sector de transportes (gestão portuária de cargas), indústria transformadora (bebidas), indústria extractiva (gás)	Heineken, Shell	3.529,8

⁶ As empresas sul-africanas têm participação em cinco dos onze mega-projectos, inclusive na fábrica de fundição de alumínio (Mozal). Para além destes investimentos de grande envergadura, o IDE sul-africano também tem sido orientado para projectos de pequena dimensão em vários sectores, principalmente no turismo e agro-indústria (UNCTAD, 2012).

País origem do investimento	Principais sectores de destino do investimento	Empresas	Montante investido (2004-2020) milhões de USD
Austrália	indústria transformadora (alumínio), Indústria extractiva (hidrocarbonetos e mineração)	Mozal, BHP Billiton, Riversdale Moçambique Lda	1.667,9
Índia	Indústria extractiva (carvão em Tete, petróleo e gás, Área 1 bacia do Rovuma) em Tete e linha de Sena	ONGC Videsh Limited, Jindal Mining Sa, Rites e Ircon (RICON)	1.232,3
Portugal	Sector financeiro (banca), agricultura e agro-indústria e serviços	Portucel	959,8

Fonte: Várias fontes (websites, documentos científicos, jornais e notícias) e elaboração da responsabilidade dos autores.

RESUMO

Do texto pode-se constatar o seguinte:

- O volume de IDE realizado apresenta tendências crescentes, mas com variações anuais importantes, onde o investimento em grandes projectos representa 70% do total entre 2002-2021;
- O crédito comercial externo é a principal fonte de financiamento do IDE. Os lucros não têm sido utilizados no país, o que revela uma elevada tendência e facilidade para o repatriamento do capital;
- Constatou-se que existe uma forte tendência para realização de GP ligados à exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos, e de transportes e infra-estruturas associadas aos grandes projectos (portos, aeroportos e caminhos de ferro);
- O sector agrário tem uma muito reduzida expressão como destino do IDE, com cerca de 3% do IDE estando estes concentrados na silvicultura, tabaco e açúcar maioritariamente para exportação;

Dos 10 países que mais investiram em Moçambique, os Emiratos Árabes Unidos foram a origem dos que maiores fluxos de IDE para Moçambique, com participações na ordem dos 20%, no período em análise. Contudo, a África do Sul possui uma maior diversificação de sectores investidos em território nacional.

Em síntese, o IDE possui as seguintes características: (1) concentração nos sectores extractivistas de recursos naturais, *commodities* e exportação de capital, com efeitos e externalidades ambientais e sociais graves (florestas, carvão, infra-estruturas, reassentamentos, pobreza, saúde pública, etc.); (2) concentração territorial e sectorial, provocando desequilíbrios espaciais e sociais e sem criação de valor acrescentado no país; (3) a reexportação do capital e dos lucros revelam que a acumulação se realiza no exterior; (4) instabilidade dos fluxos e de execução dos investimentos (carvão, gás, florestas, etc.), o que tem consequências sobre as contas públicas e a balança de pagamentos, o emprego e outras variáveis macro e micro económicas e sociais.

BIBLIOGRÁFICA

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E EXPORTAÇÕES (APIEX) (2017). *Leis e Regulamentos Relacionados com Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique*. República de Moçambique.

CASTEL-BRANCO, C. N. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Book, Whole. Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

DE VRIES, G., Timmer, M., & de Vries, K. (2015). *Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses*. The Journal of Development Studies, 51(6), 674–688.

KAUR, R.; Wall, R. & Fransen, J. (2018). *The Impact of FDI on Income Inequality in Africa*. The State of African Cities

LOOTS, Elsabé & Kabundi, Alain (2012). *Foreign direct investment to Africa: trends, dynamics and challenges*. South African Journal of Economic and Management Sciences, NS 15 (2012) No 2.

MOSCA, J. & Selemane, T. (2012). *Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete*. In: L. de Brito *et al.* Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, pp. 231-255.

MUCANZE, N., & Correa, A. (2017). *Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos*. Reflexões Económicas, Ilhéus (BA). n.3. v.1. p.19-52.

ROOT, Franklin R. & Ahmed, Ahmed A. (1979). *Empirical Determinants of Manufacturing Direct Foreign Investment in Developing Countries*. Journal of Economic Development and Cultural Change, Volume 27, Number 4. The university of Chicago.

SAMBO, M. (2021). *Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconómico de moçambique: dinâmicas, tensões e desafios*. Webinars Secção Económica do Desafios para Moçambique 2020. Data: 5 de Abril de 202, IESE.

SAMBO, M., G. (2020). *Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconómico em moçambique dinâmicas, tensões e desafios*. Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconómico em Moçambique Desafios para Moçambique 2020, IESE.

UNCTAD (2012). *Estudo sobre a política de investimento em Moçambique*. Conferência das nações unidas sobre comércio e desenvolvimento, Nações Unidas.

WAKO, H. (2021). *Foreign direct investment in sub-Saharan Africa: Beyond its growth effect*. Journal Research in globalization, 3 (2021).